



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000449-62.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **Nayara Prata Zaffalon da Silva**
 Requerido: **Ativos S.a. Securitizadora de Créditos Financeiros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

NAYARA PRATA ZAFFALON DA SILVA propôs ação declaratória de inexistência de débito c/c tutela antecipada e dano moral em face de **ATIVOS S/A**. Preliminarmente, pleiteou pelo benefício da justiça gratuita, concedido (fls. 30/31). No mérito, alegou que ao tentar realizar a abertura de crediário foi informada de que seu nome estava inserido nos órgãos de proteção ao crédito por débitos de R\$ 668,00 e R\$ 1.130,60, provenientes de supostos contratos firmados junto à empresa ré. Afirmou não possuir qualquer vínculo com a requerida, que não prestou, após notificação extrajudicial, qualquer informação sobre a origem do débito. Ressalta, ainda, nunca ter recebido qualquer notificação sobre a inclusão de seu nome nos cadastros de proteção ao crédito. Pleiteou pela concessão de tutela antecipada de urgência para fins de excluir o seu nome do cadastro de inadimplentes. Requereu a inversão do ônus da prova e a condenação da parte ré no importe de R\$12.000,00, a título de danos morais.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 14/29.

Concedida a gratuidade pleiteada e indeferido o pedido de tutela antecipada (fls. 30/31).

Citada (35), a empresa requerida apresentou contestação (fls. 36/54). Informou que o débito cobrado advém de dois contratos (CDC empréstimo e cheque especial) que a requerente firmou junto ao Banco do Brasil, sendo que houve cessão do crédito à requerida. Alegou, em síntese, ser dispensável a notificação do devedor sobre a inclusão nos cadastros de proteção ao crédito, a teor da sumula 404, do STJ. Impugnou a ocorrência do dano moral, não comprovado, e ainda pugnou pela aplicação da súmula 385, do STJ, diante da existência de outras anotações no nome da autora. Requereu a improcedência. Juntou documentos às fls. 55/103.

Houve manifestação sobre a contestação (fls. 107/121).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É o relatório.

Fundamento e decido.

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com um conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

Encontra-se caracterizada a relação de consumo havendo de um lado o consumidor e de outro um fornecedor. Assim, inequívoca a aplicabilidade das disposições do Código de Defesa do Consumidor.

Friso que a inversão do ônus da prova não é regra absoluta. Ela é dada, a critério do juiz, quando demonstradas a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência da parte autora, sendo que, qualquer desses dois requisitos deve ser apontado pela parte que a requer. Nesse sentido o E. STJ:

(...)"4. A inversão do ônus da prova com fins à plena garantia do exercício do direito de defesa do consumidor, só é possível quando houver verossimilhança de suas alegações e constatada a sua hipossuficiência a qual deverá ser examinada não só do ponto de vista social, mas, principalmente, do ponto de vista técnico" (AgRg no n. Ag n. 1.355.226/RJ, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/9/2012, DJe 26/9/2012.)

No caso concreto observo que a parte requerida detém melhores condições para provar a falsidade das alegações da autora, ficando invertido o ônus probatório.

Pois bem, não havendo preliminares a serem analisadas, passo ao mérito.

Em que pese a alegação da requerida, de que houve cessão de crédito em seu favor, não há nos autos qualquer documento comprobatório de sua alegação.

A prova da cessão de crédito é o instrumento contratual devidamente assinado pelas partes, sendo que a mera declaração apresentada à fl. 95, elaborada unilateralmente e sem se revestir de qualquer formalidade, não se presta à comprovação da cessão.

Ademais, para ser eficaz em relação ao devedor, a cessão de crédito deve ser a ele noticiada, nos termos do art. 290, do Código Civil. *In verbis* :



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Art. 290. A cessão do crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificada; mas por notificado se tem o devedor que, em escrito público ou particular, se declarou ciente da cessão feita.

Assim, inexistente a comprovação da cessão de crédito, indevida a negativação pela requerida.

Nesse sentido o E. Tribunal do Rio Grande dos Sul:

DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. INSCRIÇÃO EM SISTEMA DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. CESSÃO DE CRÉDITO NÃO COMPROVADA. Caso dos autos em que a ré alega ter recebido o crédito por meio de contrato de cessão, mas não acostou aos autos o referido instrumento contratual. Inexistindo prova da cessão do suposto crédito, reputa-se indevida a cobrança, assim como a negativação objeto da demanda. (TJRS. Apel. Nº 70045030699. 19ª Câmara Cível. Julgamento em 22/05/2012. Publicado em 24/05/2012. Relatora: Mylene Maria Michel)

Por outro lado, a autora pretende a declaração de inexistência de débitos, sendo que os documentos de fls. 98/100 evidenciam a possibilidade de existência da dívida em discussão - que aliás não foi impugnada pela requerente - cujo credor seria o Banco do Brasil, e não a requerida.

Nesse sentido, ilegítima a requerida para responder ao pedido de declaração de inexistência do débito.

Por fim, quanto ao dano moral alegado, analisando o documento de fls. 101/103, observo que além das anotações referentes ao contrato referido nesta ação, existem inúmeras outras em nome da autora, não cabendo falar, por essa razão, em danos morais a serem indenizados.

Isso porque a teor da Súmula 385, do STJ não é cabível a indenização por dano moral, quando existirem outras inscrições legítimas, no nome da parte. *In verbis: "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento".*

Ante o exposto **JULGO EXTINTO**, sem julgamento do mérito, o pedido de declaração de inexistência do débito, nos termos do art. 485, inciso VI, do CPC e **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os demais pedidos**, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, apenas para declarar indevida a anotação do nome da autora, pela requerida, referente aos contratos em discussão, determinando a baixa dos apontamentos junto aos órgãos de proteção ao



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

crédito, via *serasajud*, pela própria serventia, após o recolhimento da taxa respectiva, pela requerida, no prazo de 5 dias, sob pena de multa de R\$2.000,00.

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas serão rateadas na proporção de 50% para cada parte. Fixo os honorários advocatícios em 10% do valor atualizado da causa, para cada parte, nos termos do art. 85, §14, do CPC, observando-se a gratuidade deferida à autora.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após o prazo, com ou sem resposta, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Com o trânsito em julgado, nos termos do Comunicado CG nº 1789/2017, em caso de procedência e procedência parcial da ação, à serventia para lançar a movimentação "Cód. 60698 – Trânsito em Julgado às partes – Proc. em Andamento".

Aguarde-se por 30 dias eventual requerimento da fase de cumprimento de sentença, que deverá ser feito nos moldes dos artigos 523 e 524 do CPC, classificando a petição como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.

Não havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, os autos de conhecimento seguirão ao arquivo provisório ("Cód. 61614 – Arquivado Provisoriamente"), sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte.

Havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, o processo de conhecimento será arquivado definitivamente ("Cód. 61615 – Arquivado Definitivamente"), tudo conforme Comunicado CG nº 1789/2017.

P.I.

São Carlos, 23 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**